

Verde 08
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Verde 8 Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 8 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Verde 8 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



- **Crítérios de capitalização e depreciação do ativo imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava saldo de imobilizado de R\$ 260.801 mil, dos quais R\$ 99.588 mil referem-se a aquisições ocorridas durante o exercício de 2018. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevantes especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e a definição da vida útil dos bens. Por essas razões esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos os critérios de capitalização dos bens que compõem o ativo imobilizado e da definição da vida útil econômica estimada e do valor residual dos bens. Com base em amostragem, efetuamos teste documental dos bens adquiridos durante o exercício de 2018 de forma a verificar a documentação suporte e as evidências do momento da capitalização e consequentemente do início dos encargos de depreciação. Avaliamos ainda as divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que valor do “Imobilizado” e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também à diretoria da Companhia declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a diretoria da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Verde 08 Energia S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		41.216	21.420
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.422	20.488
Contas a receber de clientes	6	12.420	-
Tributos e contribuições sociais a compensar		98	537
Despesas pagas antecipadamente		246	395
Outros ativos		30	-
Não circulante		265.357	168.957
Imobilizado	7	260.801	168.897
Intangível	8	4.556	60
Total do ativo		306.573	190.377

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		55.749	112.765
Debêntures	9	3.262	103.123
Fornecedores	10	9.457	8.693
Salários e férias a pagar		53	149
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	1.347	515
Dividendos declarados - Partes relacionadas	15.1	1.174	-
Provisão para constituição de ativos	12	12.505	-
Provisão para gastos ambientais	13	10.376	-
Partes relacionadas	15.1	17.497	-
Credores diversos		78	285
Não circulante		139.395	-
Debêntures	9	139.395	-
Patrimônio líquido	16	111.429	77.612
Capital social		107.660	77.660
Reserva de lucros		3.769	-
Prejuízos Acumulados		-	(48)
Total do passivo e patrimônio líquido		306.573	190.377

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	17	25.104	-
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(1.983)	-
Compra de energia elétrica		(8.141)	-
Depreciação e amortização		(3.183)	-
	18	(13.307)	-
Lucro bruto		11.797	-
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(582)	(36)
Pessoal		(8)	-
Depreciação e amortização		(5)	-
	18	(595)	(36)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		11.202	(36)
Despesas financeiras	19	(5.962)	-
Receitas financeiras	19	823	-
		(5.139)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		6.063	(36)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(1.072)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.991	(36)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.991	(36)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.991</u>	<u>(36)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1	1	1	(12)	(11)
Aumento de capital	77.659	-	-	-	77.659
Prejuízo do exercício	-	-	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.660	1	1	(48)	77.612
Aumento de capital	30.000	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.991	4.991
Reserva Legal	-	247	-	(247)	-
Dividendos declarados	-	-	-	(1.174)	(1.174)
Transferência para reserva de lucros	-	-	3.522	(3.522)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.660	248	3.523	-	111.429

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.991	(36)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	7	3.188	-
Encargos de dívidas		10.353	6.259
Outras variações monetárias líquidas		375	-
Descontos financeiros obtidos		(69)	-
Atualização monetária - Impostos a recuperar		(7)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes		1.072	-
		19.903	6.223
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(7.897)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar		150	(430)
Despesas pagas antecipadamente		149	342
Adiantamento a fornecedores		(30)	(11)
		(7.628)	(99)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(3.759)	(110)
Salários e férias a pagar		(96)	90
Tributos e contribuições sociais a recolher		105	116
Provisão para constituição de ativos		(3.495)	-
Provisão para gastos ambientais		(294)	-
Credores diversos		(138)	145
		(7.677)	241
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro			
		(321)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.598	6.365
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	7	(55.524)	(137.905)
Adições no intangível	8	-	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(55.524)	(137.935)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		30.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	65.000
Debêntures tomados		136.668	100.000
Amortização do principal e juros de debêntures		(107.487)	(34.391)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		59.181	130.609
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		7.934	(961)
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	5	20.488	21.449
Saldo no final do exercício	5	28.422	20.488
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		7.934	(961)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”) constituída em 05 de dezembro de 2013, é uma companhia de capital fechado que tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a ANEEL autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A referida PCH contará com três unidades geradoras com potência instalada de 9,5 MW cada e uma quarta unidade geradora com potência equivalente a 1,5 MW, totalizando 30 MW de potência instalada, e uma Subestação elevadora 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 31 de março de 2018 a primeira turbina entrou em operação comercial, a segunda turbina em 27 de junho de 2018, a terceira turbina em 9 de agosto de 2018 e a quarta turbina em 21 de novembro de 2018. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2044). Inicialmente a Companhia atuará no Ambiente de Contratação Livre (ACL) porém, a partir de 1º de Janeiro de 2023, a Companhia passará a atuar no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) conforme Edital Leilão A6-2017.

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da nota 7 - definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.5 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis.

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.

A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começaram e concluíram no mesmo exercício de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do exercício mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na Nota 3.7 e 17, que não houve impacto significativo nestas demonstrações contábeis

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, nos ambientes ACL e MCP e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados, considerando as garantias existentes nos contratos de venda de energia. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.6 Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.7 Receita

Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 18,7 MW médio equivalente a 62% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2018 é de R\$ 343,99 MH/h, reajustado pelo IPCA.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Não haverá impactos relevantes na adoção da norma.

ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não haverá impactos da adoção do ICPC 22 na Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	24	3
Aplicações financeiras	28.398	20.485
	<u>28.422</u>	<u>20.488</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% a 100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica	847	-
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	1.841	-
Liquidação positiva CCEE	9.732	-
	<u>12.420</u>	<u>-</u>

7 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências	Reclassificação para intangível	Outros	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado em serviço									
Terrenos	-	-	-	-	-	17.064	-	-	17.064
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,34%	-	-	-	-	141.492	-	-	141.492
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,24%	-	-	-	-	21.224	-	-	21.224
Máquinas e Equipamentos	3,96%	-	-	-	-	77.527	-	-	77.527
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	-	-	76	-	-	76
Imobilizado em curso		23.128	145.769	168.897	55.524	(257.383)	(4.496)	44.064	6.606
Total do imobilizado		<u>23.128</u>	<u>145.769</u>	<u>168.897</u>	<u>55.524</u>	<u>-</u>	<u>(4.496)</u>	<u>44.064</u>	<u>263.989</u>
(-) Depreciação acumulada									
Reservatórios, Barragens e Adutoras		-	-	-	(1.686)	-	-	-	(1.686)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		-	-	-	(263)	-	-	-	(263)
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	(1.238)	-	-	-	(1.238)
Móveis e Utensílios		-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Total da depreciação acumulada		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.188)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.188</u>
Total do ativo imobilizado		<u>23.128</u>	<u>145.769</u>	<u>168.897</u>	<u>52.336</u>	<u>-</u>	<u>(4.496)</u>	<u>44.064</u>	<u>260.801</u>

1. Imobilizado em curso: Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
2. Capitalização de encargos: foram capitalizados ao custo do imobilizado em curso os custos de empréstimos relativos aos juros incorridos até a data de entrada em operação comercial. Os juros líquidos capitalizados em 2018 foram de R\$ 3.972 (R\$ 4.871 em 2017). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva das debêntures da Companhia, conforme nota explicativa nº 9.

8 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017	Transfe rências	Reclassificação do imobilizado	Saldo em 31/12/2018
Intangível em serviço						
Servidões	-	-	-	60	4.496	4.556
Total do intangível em serviço	-	-	-	60	4.496	4.556
Intangível em curso						
Licença de uso de softwarre	30	30	60	(60)	-	-
Total do intangível em curso	30	30	60	(60)	-	-
Total intangível	30	30	60	-	4.496	4.556

9 Debêntures

a. O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1º Emissão de Debêntures	31/07/2018	Variação 107% da média dias do DI	-	-	-	103.123	-	-
2º Emissão de Debêntures	15/07/2025	IPCA	3.732	(470)	3.262	-	139.395	-
			3.732	(470)	3.262	103.123	139.395	-

Em 24 de julho de 2017 a Companhia realizou a 1ª emissão de 10.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 100.000. O contrato de curto prazo tem encargos da variação de 107% da média de dias dos Depósitos Interfinanceiros - DI. Sua quitação foi realizada em 30 de julho de 2018.

Em 15 de julho de 2018 a Companhia realizou a 2º emissão de 14.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 140.000. O contrato de longo prazo tem o seu valor unitário atualizado monetariamente, mensalmente, pela variação acumulada do IPCA. As respectivas debêntures têm como o vencimento único a data 15 de julho 2025, já sua remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de julho e janeiro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de julho de 2019 e o último em 15 de julho de 2025. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas foram cumpridas.

b. As movimentações das denêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018
Moeda nacional						
1º Emissão de dêntures	103.123	-	4.364	(100.000)	(7.487)	-
2º Emissão de dêntures		136.668	5.989	-	-	142.657
	103.123	136.668	10.353	(100.000)	(7.487)	142.657

- c. **As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:**

2020	2021	2022	2023	Após 2023	Dívida Total
(470)	(470)	(470)	(470)	141.275	139.395

10 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais e serviços	8.302	7.574
Retenção contratual	1.155	1.119
	9.457	8.693

11 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica	442	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	285	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	404	4
Programa de Integração Social - PIS	87	1
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2	34
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	102	175
PIS/COFINS/CSLL	4	32
FGTS	9	21
Outros	12	248
	1.347	515

12 Provisão para constituição de ativos

	31/12/2017	Constituição	Realizações	31/12/2018
Passivo circulante	-	16.000	(3.495)	12.505
Total	-	16.000	(3.495)	12.505

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação e reconhecidas contabilmente, para as quais ainda não houve desembolso financeiro. Os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma e, conforme a evolução desses eventos, essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, cuja contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso, anteriormente ao processo de unitização.

13 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2017	Constituição	Realizações	31/12/2018
Passivo circulante	-	10.670	(294)	10.376
Total	-	10.670	(294)	10.376

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor da obrigação em 31 de dezembro de 2018. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, anteriormente ao processo de unitização.

14 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entende terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

- (a) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (b) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas Tributárias:** atualmente existe 01 processo administrativo de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 1.253, com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

- **Processo Administrativo nº 002issqn2018**, trata-se de exigência de suposto débito de ISS decorrente dos serviços contratados para implantação da Verde 08.

(ii) **Demandas Cíveis:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(iii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existem 06 processos administrativos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 12, com natureza de risco possível de perda.

15 Partes relacionadas

15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.		1.841	-
		1.841	-
Passivo circulante			
Dividendos declarados aos acionistas		1.174	-
Nota de débito - Alupar Investimentos S.A.		17.497	-
		18.671	-
		31/12/2018	31/12/2017
Receita			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.		1.841	-
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.		258	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.		870	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.		806	-
	17	3.775	-
Despesa			
Atualização nota de débito - Alupar Investimentos S.A.	19	375	-
		375	-

- a. As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimentos S.A.
- b. A Companhia é controlada pela Alupar Investimentos S.A., a Alupar Investimentos S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.
- c. A Nota de débito emitida pela Alupar Investimentos S.A. corresponde a alguns gastos na elaboração do projeto.

15.2 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Para o ano de 2018, devido a entrada em operação, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração.

16 Patrimônio líquido

Capital social

Em 08 de fevereiro de 2018 a Companhia, através de a de assembleia geral extraordinária, aumentou o seu capital social de R\$ 77.660 para R\$ 107.660 mediante a emissão de 30.000. (30 milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 26 de julho de 2018 à Alupar Investimentos S.A. vendeu à Volts Empreendimentos e Participações Ltda 16.149 (dezesesseis milhões, centro e quarenta e nove mil) ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	91.511.322	85,00	77.660.379	100,00
AF Energia S.A.	1	0,00	1	0,00
Volts Empreendimentos e Participações Ltda	16.149.057	15,00	-	-
Total das ações	107.660.380	100,00	77.660.380	100,00

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.991	(36)
Absorção de prejuízo acumulado	(48)	36
Reserva legal	(247)	-
Subtotal	4.696	-
Dividendo mínimo obrigatório	(1.174)	-
Reserva de lucros	(3.522)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-
Dividendos por ação	(0,01090)	-

17 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta			
Suprimento de energia (ambiente livre)		11.903	-
Suprimento de energia (ambiente livre) - partes relacionadas	12.1	3.775	-
Ajuste positivo CCEE		10.377	-
		26.055	-
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(169)	-
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(782)	-
		(951)	-
Receita operacional líquida		25.104	-

18 Custos e despesas operacionais

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(526)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(16)	-	-	-
	(542)	-	-	-
Custos gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(8.141)	-	-	-
Seguros	(45)	(170)	-	-
Alugueis	(48)	(19)	-	-
Pessoal	(342)	(14)	-	-
Material	(293)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(634)	(382)	-	(27)
Outros tributos e taxas	(79)	(5)	-	-
Outros	-	-	-	(9)
	(9.582)	(590)	-	(36)
Depreciação e Amortização	(3.183)	(5)	-	-
Total	(13.307)	(595)	-	(36)

19 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras		747	-
Outros		76	-
Total		823	-
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(5.539)	-
Outros - partes relacionadas	12.1	(375)	-
Outros		(48)	-
Total		(5.962)	-
Total líquido		(5.139)	-

20 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Antes do IR e CS	6.063	6.063	(36)	(36)
Apuração Lucro Presumido				
Faturamento e Ajuste positivo	26.054	26.054	-	-
Presunção do lucro - 8% / 12%	2.084	3.126	-	-
Receita financeira	823	823	-	-
Base de cálculo IR e CS	2.907	3.949	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	716	355	-	-
Outros ajustes	1	-	-	-
Total dos tributos correntes	717	355	-	-
Alíquota efetiva	17,69%		0,00%	

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

21.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2018		31/12/2017		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	24	24	3	3	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	28.398	28.398	20.485	20.485	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	12.420	12.420	-	-	-	Custo amortizado
	40.818	40.818	20.485	20.485		
Passivo						
Fornecedores	9.457	9.457	8.693	8.693	-	Custo amortizado
Contas a pagar - parte relacionada	17.497	17.497	-	-	-	Custo amortizado
Debêntures	142.657	128.492	103.123	103.123	-	Custo amortizado
	169.611	155.446	111.816	111.816		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

2º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

21.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

21.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Capital circulante líquido negativo

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2018 capital circulante negativo no montante de R\$ 14.533, devido ao saldo remanescente do período pré-operacional e cronograma de desembolso financeiro com seus fornecedores e prestadores de serviços. Por essa razão, durante esse período, a Companhia necessitou de aportes financeiros da acionista Alupar Investimentos S.A. e de recursos de terceiros.

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2018	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
2º Emissão de debêntures	IPCA	139.395	1,89%	2,83%	3,77%	4,71%	5,66%
		2.628	3.941	5.255	6.569	7.883	

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 57 em 31 de dezembro 2018.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
 Contadora CRC 1SP237063/O-2